



Município de Santa Cruz das Flores

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS FLORES

RELATÓRIO DE GESTÃO

E

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2021



Conteúdo

INTRODUÇÃO.....	5
I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS	6
I.1 Estrutura política	6
I.2 Estrutura Organizacional	7
I.3 Recursos Humanos	7
II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO	9
II.1 Análise Orçamental	9
II.1.1 Orçamento	9
II.1.2 Equilíbrio Orçamental.....	9
II.1.3 Receita Orçamental	10
II.1.4 Despesa Orçamental	10
II.1.5 Execução plano Plurianal de Investimento.....	11
II.1.6 Indicadores orçamentais.....	13
II.2 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	13
II.2.1 Análise ao Balanço	13
II.2.2 Análise à Demonstração de Resultados	15
II.2.3 Indicadores económico-financeiros	16
II.2.4 Endividamento Municipal.....	17
III PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	18
IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMOSNTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
IV.1 Balanço	19
IV.2 Demonstração de Resultados por Natureza	20
IV.3 Demonstração de Fluxos de Caixa.....	21
IV.4 Demonstração de Alterações ao Património Líquido	23
V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
IV.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.....	24
IV:1.1 Identificação da entidade e período de relato.....	24
IV.1.2 RECURSOS HUMANOS	24
IV.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	24
IV.3 rubrica de caixa e em depósitos bancários	24
IV.4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	25
IV.4.2 Principais políticas contabilísticas	25
IV.4.2.1 Ativos fixos tangíveis	25
IV.4.2.2 Propriedades de investimento	26
IV.4.2.3 Ativos intangíveis	26



IV.4.2.4 Acordos de concessão de serviços: Concedente	27
IV.4.2.5 Locações	27
IV.4.2.6 Participações financeiras	28
IV.4.2.7 Imparidade de ativos.....	29
IV.4.2.8 Inventários	29
IV.4.2.9 Instrumentos financeiros.....	29
IV.4.2.10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	31
IV.4.2.11 - Regime do acréscimo	31
IV.4.2.12 - Julgamentos e estimativas	32
IV.4.2.13 - Principais pressupostos relativos ao futuro	33
IV.4.2.14 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.....	33
IV 5 - NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	34
Nota 3 - Ativos Intangíveis.....	34
Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis	35
Nota 6 – Locações.....	37
Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos	38
Nota 8 – Propriedades de investimento	40
Nota 9 - Imparidade de ativos	41
Nota 10 - Inventários	41
Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação.....	42
Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação.....	43
Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	43
Nota 18 - Instrumentos financeiros.....	44
Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas.....	47
NOTA 23 - ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	47
Nota 24 - Diferimentos.....	48
NOTA 25 - RENDIMENTOS E GANHOS	49
NOTA 26 - GASTOS E PERDAS.....	49
NOTA 27 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS.....	49
NOTA 28 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	50
Nota 29 - GASTOS COM PESSOAL	51
Nota 30 – DEPRECIACÕES	51
V - Contabilidade de Gestão	51
VI - Acontecimentos após a data de relato.....	54
VII - Anexo às demonstrações Orçamentais.....	55
VII.1 - DDORC	55
VII.2 - DODES	56



Município de Santa Cruz das Flores

VII.3 - DOREC	56
VII.4 - DTAS	57
VII.5 - DPPI	57
VII.6 - Operações de Tesouraria	57



INTRODUÇÃO

Considerando a obrigatoriedade do executivo municipal apresentar, nos termos da alínea l) do n.º.1 do art.º33, da Lei n.º75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º.2 do art.º25 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório que para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Santa Cruz das Flores, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2021.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base a NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental).

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas publicas)

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo., no 2º ano de implantação do novo normativo o município de Stª Cruz das Flores dá seguimento apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

Implementação realizada num contexto adverso, à semelhança do exercício anterior, o ano de 2021 continuou fortemente marcado e condicionado pela situação de calamidade e de emergência ocasionada pelo COVID-19.

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2021.

I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

I.1 Estrutura política

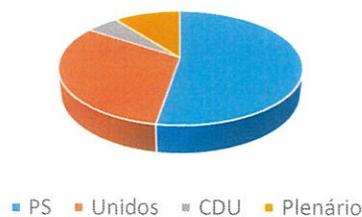
A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executiva, e a Assembleia Municipal, com funções de apreciação e fiscalização da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

No ano de 2021, em resultado das eleições de 26 de setembro foram eleitos novos órgãos autárquicos, mantendo-se a composição política dos respetivos órgãos com a reeleição do Presidente de Câmara e de 2 dos vereadores que se encontravam eleitos no executivo que sessou funções com a tomada de posse dos novos órgãos para o mandato de 2021-2025.

A Assembleia Municipal de Stª Cruz das Flores é constituída por 19 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente e 4 por inerência, por via do cargo de Presidente das sete Juntas de Freguesia.

A sua composição a 31 de dezembro era a seguinte:

Título do Gráfico



A Câmara Municipal é constituída por 5 membros, 1 Presidente e 4 Vereadores.

A composição da Câmara Municipal de 1 de janeiro a 17 de outubro de 2021 era:

Presidente - José Carlos Pimentel Mendes

Vereadora a tempo inteiro – Maria Elisabete Avelar Nóia;

Vereador a tempo inteiro – Fábio dos Milagres Rosário Medina;

Vereador – William Resendes Braga (1 de janeiro a 7 de maio)

Vereadora – Marta Lima Alves (18 de junho a 17 de outubro)

Vereador - Paulo Alexandre Fraga Mateus (exceto nas reuniões de 09 de abril, 07 de maio e 13 agosto que foi substituído pela Sra. Luísa Maria Valadão Corvelo)

De 18 de outubro a 31 de dezembro de 2021, o executivo teve a seguinte composição:

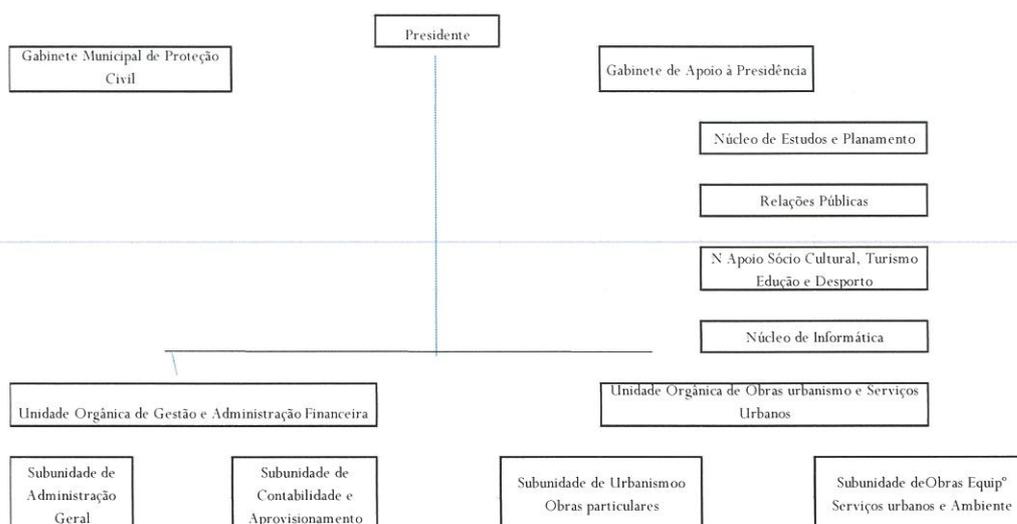
- Presidente: José Carlos Mendes
- Vice-Presidente: Maria Elisabete Avelar Nóia
- Vereador: Fábio dos Milagres Rosário Medina
- Vereador: Ricardo Beato Gomes Vieira
- Vereadora: Lília Maria Ferreira Silva



I.2 Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica do Município de Santa Cruz das Flores encontra-se definida nos termos de organização dos serviços da Câmara Municipal foi elaborada nos termos da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprovada em reunião de Câmara no dia 12 de junho e de Assembleia Municipal no dia 30 de junho de 2014.

1.1.1 Organograma em 31 de dezembro de 2021



I.3 Recursos Humanos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 20 de novembro de 2020 e em reunião de Assembleia Municipal de 09 de dezembro de 2020, o mapa de pessoal para 2021.

No final de 2021, o número de trabalhadores ao serviço foi de 58 trabalhadores, número que representa um decréscimo de trabalhadores face ao ano de 2021.

No decorrer de 2021 foi iniciado procedimento concursal com o objetivo de contratação, por tempo indeterminado para 4 vagas na categoria de assistente operacional

A distribuição por carreiras e/ou categorias e ainda escolaridade, é a seguinte:

Carreira/categoria	Homens	Mulheres	TOTAL
Dirigente/intermédio	0	2	2
Técnico Superior	1	5	6
Assistente Técnico	2	7	9
Assistente Operacional	41	0	41
TOTAL	44	14	58



Nível de escolaridade	Dirigente		Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		TOTAL
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Menos 4 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 anos	-	-	-	-	-	-	2	-	2
9 anos	-	-	-	-	-	2	31	-	33
11 anos	-	-	-	-	1	1	4	-	6
12 anos	-	2	-	-	1	2	4	-	9
Licenciatura	-	-	1	5	-	2	-	-	8
Mestrado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	2	1	5	2	7	41	-	58

As despesas com pessoal ascenderam durante o ano 2021 a 1.159.564,54 euros, o que representa um decréscimo em relação a 2020 de 31.475,67 euros.

Ao longo do ano de 2021, a autarquia candidatou-se aos vários programas de apoio e incentivo ao emprego concebidos pelo Governo Regional contando com 35 trabalhadores, a exercer funções nos diversos serviços da autarquia, de salientar que estas despesas não são consideradas despesas com o pessoal. A 31 de dezembro estes trabalhadores encontram-se distribuídos da seguinte forma:

PROGRAMAS	ctts		prosa		SEI		Estagiar T		Geração Açores PRO	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº Trabalhadores	3	0	6	10	4	9	2	0	0	1

As despesas com pessoal ao abrigo de programas ocupacionais, apresentam uma variação de 2020 para 2021 de:

Programs de Inserção e Emprego	2021	2020
Segurança social programas	55 590,86 €	49 440,80 €
Programas ocupacionais	28 358,24 €	29 175,72 €
TOTAL	83 949,10 €	78 616,52 €



II – RELATO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO

II.1 Análise Orçamental

II.1.1 Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 20 de novembro de 2020 e pelo órgão deliberativo a 9 de dezembro de 2020, apresentava um total de receita e de despesa de 3.803.598,00 euros.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais, modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2021.

Ao longo de 2021 foram realizadas 14 alterações, e revisões, que conduziram a um acréscimo global do orçamento para 6.985.571,83 euros. A alteração permutativa com mais impacto foi a incorporação do saldo da gerência do ano anterior, no montante de 2.921.219,83 euros

Rubrica	DOREC Designação	Previsões corrigidas	Rubrica	DODES Designação	Dotações corrigidas
01	Impostos directos	220 903,00 €	01	Despesas com o pessoal	1 264 295,00 €
02	Impostos indirectos	541,00 €	02	Aquisição de bens e serviços	980 493,00 €
04	Taxas, multas e outras penalidades	9 445,00 €	03	Juros e outros encargos	1 000,00 €
05	Rendimentos da propriedade	97 455,00 €	04	Transferências correntes	721 000,00 €
06	Transferências correntes	2 542 976,00 €	06	Outras despesas correntes	4 302,00 €
07	Venda de bens e serviços correntes	35 287,00 €	07	Aquisição de bens de capital	3 870 281,83 €
08	Outras receitas correntes	552,00 €	08	Transferências de capital	129 500,00 €
10	Transferências de capital	1 156 522,00 €	10	Passivos financeiros	14 700,00 €
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	671,00 €			
16	Saldo da gerência anterior	2 921 219,83 €			
	Total	6 985 571,83 €		Total	6 985 571,83 €

II.1.2 Equilíbrio Orçamental

Nos termos do n.º 2 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. De acordo com o quadro seguinte, o Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente bruta é superior à despesa corrente e às amortizações médias de empréstimos em 621 mil euros.

Receita corrente bruta cobrada	2 858 886 €
Saldo de Gerência afeto a Correntes	405 402 €
Despesa corrente paga	2 086 754 €
Amortização média empréstimos	13 150 €
Margem	1 164 384 €



II.1.3 Receita Orçamental

A receita total cobrada em 2021 atingiu 3.811.695,82 euros, (3.401.078,55 euros de receitas próprias e 410.617,27 euros de fundos comunitários) dos 4.064.352 euros de previsões corrigidas, representando um grau de execução de 93,80%, cumprindo deste modo, o disposto no n.º 3 do artigo 56.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

Comparativamente com o exercício de 2020 verificou-se um acréscimo da receita de 249.655,84 euros, que corresponde a mais 7%.

O peso das transferências mantém-se com um peso de 91% no total da receita. Relativamente às restantes receitas é de assinalar o crescimento de 14% na rubrica de impostos diretos.

conta	descrição	Receita Própria	Receitas Gerai	EU	Emp	FA	Total	N-1
RI01	Operações Orçamentais [1]	2 919 297,23 €	- €	1 922,60 €	- €	- €	2 921 219,83 €	2 554 392,45 €
RI02	Devolução do saldo oper. Orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RI03	Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	9 268,67 €	9 268,67 €	37 108,51 €
R11	Impostos diretos	219 974,35 €	- €	- €	- €	- €	219 974,35 €	192 455,76 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	6 642,09 €	- €	- €	- €	- €	6 642,09 €	6 252,74 €
R4	Rendimentos de propriedade	95 783,56 €	- €	- €	- €	- €	95 783,56 €	93 263,46 €
R51	Transferências e subsídios correntes	2 508 572,52 €	- €	- €	- €	- €	2 508 572,52 €	2 322 316,52 €
R6	Venda de bens e serviços	27 363,48 €	- €	- €	- €	- €	27 363,48 €	29 059,48 €
R7	Outras receitas correntes	550,00 €	- €	- €	- €	- €	550,00 €	199,30 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9	Transferências e subsídios de capital	541 522,00 €	- €	410 617,27 €	- €	- €	952 139,27 €	914 689,58 €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	670,55 €	- €	- €	- €	- €	670,55 €	3 803,14 €
RA04	Receita efetiva [2]	3 401 078,55 €	- €	410 617,27 €	- €	- €	3 811 695,82 €	3 562 039,98 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	6 320 375,78 €	- €	412 539,87 €	- €	- €	6 732 915,65 €	6 116 432,43 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]	- €	- €	- €	- €	19 934,79 €	19 934,79 €	6 245,68 €
D1	Despesas com o pessoal	1 159 564,54 €	- €	- €	- €	- €	1 159 564,54 €	1 191 040,21 €
D2	Aquisição de bens e serviços	629 339,69 €	- €	- €	- €	- €	629 339,69 €	581 752,25 €
D3	Juros e outros encargos	925,82 €	- €	- €	- €	- €	925,82 €	1 311,14 €
D4	Transferências e subsídios correntes	294 527,71 €	- €	- €	- €	- €	294 527,71 €	233 751,17 €
D5	Outras despesas correntes	2 396,38 €	- €	- €	- €	- €	2 396,38 €	2 968,86 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 001 634,93 €	- €	412 175,89 €	- €	- €	1 413 810,82 €	1 043 677,87 €
D7	Transferência e subsídios de capital	125 000,00 €	- €	- €	- €	- €	125 000,00 €	93 500,00 €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	6 310,50 €
D10	Despesa com passivos financeiros	14 611,70 €	- €	- €	- €	- €	14 611,70 €	40 900,60 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	3 228 000,77 €	- €	412 175,89 €	- €	- €	3 640 176,66 €	3 195 212,60 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]	- €	- €	- €	- €	15 570,93 €	15 570,93 €	34 085,52 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 092 375,01 €	- €	363,98 €	- €	- €	3 092 738,99 €	2 921 219,83 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]	- €	- €	- €	- €	13 632,53 €	13 632,53 €	9 268,67 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	187 689,48 €	- €	- 1 558,62 €	- €	- €	186 130,86 €	414 038,48 €
DA10	Despesa primária	3 212 463,25 €	- €	412 175,89 €	- €	- €	3 624 639,14 €	3 146 690,36 €
DA11	Saldo corrente	772 131,86 €	- €	- €	- €	- €	772 131,86 €	632 723,63 €
DA12	Saldo de capital	- 585 112,93 €	- €	- 1 558,62 €	- €	- €	- 586 671,55 €	- 222 488,29 €
DA13	Saldo primário	188 615,30 €	- €	- 1 558,62 €	- €	- €	187 056,68 €	415 349,62 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	6 320 375,78 €	- €	412 539,87 €	- €	- €	6 732 915,65 €	6 116 432,43 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	3 228 000,77 €	- €	412 175,89 €	- €	- €	3 640 176,66 €	3 195 212,60 €

II.1.4 Despesa Orçamental

À receita arrecadada foi ainda adicionado o saldo de gerência transitado do exercício anterior, refletindo-se numa dotação autorizada de 6.985.571,83



Apesar da significativa disponibilidade financeira o orçamento teve uma execução na despesa de 3.640.176,66 euros o que representa apenas 52% das dotações. Em relação ao exercício de 2020 a despesa paga cresceu 444.964,06 euros, mais 14%.

O total da despesa paga corresponde a 92,1% dos compromissos assumidos em 2021, sendo que a despesa corrente corresponde a 57,3% da despesa total, a despesas de capital os restantes 42,3% e a despesa não efetiva apenas 0,4%. Relativamente a 2020 regista-se uma redução no peso das despesas correntes (62,9% para 57,3%) e despesas não efetivas (1,5% para 0,4%) por contrapartida da subida das despesas de capital (35,6% para 42,3%).

Para o saldo de compromissos por transitados (309.208,10 euros) contribui a rubrica 07 “Investimentos” com o montante de 200,132 euros e a aquisição de serviços 81,491 euros. De referir que as obrigações por pagar se situam apenas em 2.500 euros, sendo de referir que os encargos dos trabalhadores, assim como os da entidade relativos a gastos com pessoal do mês de dezembro foram liquidados e pagos no próprio exercício.

A despesa com pessoal com um peso de 31,9% do total em 2021, contra 37,3% em 2020, passou a representar a segunda rubrica na estrutura da despesa, já que a aquisição de bens de capital cresceu de 32,7% para 38,8%.

A aquisição de bens e serviços representa, em 2021, cerca de 17,3% do total da despesa.

Estrutura da despesa	A 2021	A 2020
Despesas com o pessoal	31,9%	37,3%
Aquisição de bens e serviços	17,3%	18,2%
Juros e outros encargos	0,0%	0,0%
Transferências e subsídios correntes	8,1%	7,3%
Outras despesas correntes	0,1%	0,1%
Aquisição de bens de capital	38,8%	32,7%
Transferência e subsídios de capital	3,4%	2,9%
Outras despesas de capital	0,0%	0,0%
Despesa com ativos financeiros	0,0%	0,2%
Despesa com passivos financeiros	0,4%	1,3%
	100,0%	100,0%

II.1.5 Execução Plano Plurianal de Investimento

No exercício de 2021 o DPPI teve uma execução de 1.875.650 €, com a conservação da rede viária a representar 27% do executado, seguido da incubadora de empresas com 15% do total da despesa



Município de Santa Cruz das Flores

Projeto	Ano 2021	Períodos Futuros					Total	Anos		
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Seg.		Ano Ant	Ano 2021	Total
Aquisição de equipamento informático	8 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	12 000 €	41 280 €	7 818 €	49 098 €
Aquisição de software informático	7 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	11 000 €	13 996 €	3 623 €	17 620 €
Aquisição de equipamento administrativo	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €		5 000 €	55 070 €	537 €	55 607 €
Aquisição de ferramentas e utensílios	107 900 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €		127 900 €	204 505 €	49 566 €	254 071 €
Manutenção e reparação de equipamentos	32 100 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €		72 100 €	193 757 €	10 237 €	203 994 €
Aquisição de viaturas	20 050 €						20 050 €	73 700 €		73 700 €
Aquisição de equipamento informático	98 850 €						98 850 €	30 798 €	98 350 €	129 149 €
Aquisição de software informático	143 550 €						143 550 €	20 229 €	135 164 €	155 393 €
Aquisição de equipamento básico	140 450 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €		180 450 €	76 240 €		76 240 €
Apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores	3 500 €	3 500 €	3 500 €	3 500 €			14 000 €	23 500 €	3 500 €	27 000 €
Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia para funcionamento dos ATL s	11 500 €	11 500 €	11 500 €	11 500 €	11 500 €		57 500 €	85 500 €	11 500 €	97 000 €
Apoio à Habitação Degradada	50 000 €	20 000 €	20 000 €	20 000 €	20 000 €		130 000 €	178 061 €	24 275 €	202 336 €
Apoio à natalidade	48 800 €	40 000 €	40 000 €	40 000 €	40 000 €		208 800 €	131 468 €	31 677 €	163 144 €
Apoio à compra de medicamentos	4 540 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €		8 540 €	5 088 €	2 211 €	7 299 €
Pagamento de seguro de acidentes pessoais	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €	10 000 €		50 000 €	38 818 €	6 268 €	45 086 €
Pagamento de abonos	28 500 €	28 500 €	28 500 €	28 500 €	28 500 €		142 500 €	175 964 €	28 358 €	204 323 €
Pagamento da segurança social	70 000 €	40 000 €	40 000 €	40 000 €	40 000 €		230 000 €	286 915 €	55 591 €	342 506 €
Apoio no âmbito do Regulamento "Santa Cruz Ajuda"	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €		5 000 €			
Concessão de bolsas de estudo	27 660 €	20 000 €	20 000 €	20 000 €	20 000 €		107 660 €	78 130 €	18 560 €	96 690 €
Programa de apoio ao sector agricola	48 000 €	25 000 €	25 000 €	25 000 €	25 000 €		148 000 €			
Conservação de edifícios	59 296 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €		79 296 €	164 710 €	19 874 €	184 584 €
Reab. e adapt. do edif. do antigo Tribunal a incubadoras de empresas	277 521 €						277 521 €	267 655 €	274 172 €	541 827 €
Fiscalização da emp. de reab. e adapt. do Edif. do antigo Tribunal a incubadoras de empresas	27 068 €						27 068 €	58 877 €	24 264 €	83 141 €

Projeto	Ano 2021	Períodos Futuros					Total	Anos		
		Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Seg.		Ano Ant	Ano 2021	Total
Aquisição de Imóvel	1 €						1 €			
Estratégia local de habitação - IUR	70 000 €	100 000 €	100 000 €				270 000 €			
Aquisição de Terrenos	90 001 €	1 €	1 €	1 €	1 €		90 005 €	64 764 €		64 764 €
Reabilitação urbanística da Praça Marquês de Pombal	1 000 €						1 000 €			
Reabilitação do espaço envolvente à Praceta Roberto Mesquita	588 696 €	1 €	1 €	1 €	1 €		588 700 €	472 €	15 918 €	16 390 €
Revisão do Plano Diretor Municipal	64 662 €						64 662 €	5 605 €	13 920 €	19 525 €
Instalação de contadores de água no Concelho	5 550 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €		9 550 €	67 533 €		67 533 €
Aquisição de Ecopontos	34 400 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €		38 400 €	108 245 €	33 288 €	141 532 €
Limpeza de ecopontos - Freg.de Santa Cruz	8 000 €						8 000 €	24 000 €	8 000 €	32 000 €
Construção de centro de recolha de animais abandonados	50 450 €						50 450 €	8 542 €		8 542 €
Reabilitação , conserv. e manut. de trilhos turísticos-Freg.da Caveira	5 000 €						5 000 €	15 000 €	5 000 €	20 000 €
Reab.,conserv. e manutenção de trilhos turísticos - Freg.de Ponta Delgada	5 000 €						5 000 €	15 000 €	5 000 €	20 000 €
Aquisição de ecopontos - Oleão,pilão, electrão, lampadas e dejectos cannos	1 500 €						1 500 €	9 057 €	1 115 €	10 172 €
Reabilitação de caminho pedonal entre o Porto Velho e piscinas do Alto	314 550 €						314 550 €	16 469 €	10 223 €	26 692 €
Limpeza de ribeiras dentro da freguesia - Santa Cruz	2 500 €						2 500 €	3 333 €	2 500 €	5 833 €
Limpeza de ribeiras dentro da freguesia - Cedros	1 000 €						1 000 €	1 250 €	1 000 €	2 250 €
Limpeza de ribeiras dentro da freguesia - Ponta Delgada	1 000 €						1 000 €	1 500 €	1 000 €	2 500 €
Limpeza de ribeiras dentro da freguesia - Caveira	1 000 €						1 000 €			
Outros eventos culturais	2 000 €						2 000 €	73 167 €	1 050 €	74 217 €
Festas Municipais	10 000 €						10 000 €	428 600 €		428 600 €
Adaptação de edifício a Museu	6 000 €						6 000 €	648 €	831 €	1 480 €
Conservação de recintos desportivos	55 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €	5 000 €		75 000 €	69 096 €		69 096 €
Apoio a entidades sem fins lucrativos	215 000 €	60 000 €	60 000 €	60 000 €	60 000 €		455 000 €	281 936 €	133 238 €	415 173 €
Protocolo com a Casa do Povo de Pta. Delgada para funcionamento do Clube Informatico	6 000 €						6 000 €	36 000 €	6 000 €	42 000 €
Construção de zona balnear na Freguesia de Ponta Delgada	668 110 €						668 110 €	19 342 €	16 883 €	36 225 €
Limpe e manut.do Pavilhão Polidesportivo e parque de lazer - Freg.de Ponta Delgada	10 000 €						10 000 €	30 000 €	10 000 €	40 000 €
Conservação, man.e limpeza do Polidesportivo da Caveira - Freg. da Caveira	3 000 €						3 000 €	9 000 €	3 000 €	12 000 €
Limpeza, cons. e manut.do Parque de lazer da Alagoa-Freg.dos Cedros	8 000 €						8 000 €	24 000 €	8 000 €	32 000 €
Aquisição de tenda, palco, e equipamento de animação	99 876 €						99 876 €	48 929 €	99 569 €	148 498 €
Adaptação da antiga escola da Ponta Ruiva a centro de convívio	24 950 €						24 950 €	3 998 €	24 612 €	28 610 €
Aquisição de equipamentos para parques infantis	6 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €		10 000 €	23 931 €	2 276 €	26 206 €
Ampliação da rede de iluminação pública nas ruas do Concelho	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €		5 000 €	4 686 €		4 686 €
Conservação rede viária do Município	681 851 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €		881 851 €	1 451 620 €	500 469 €	1 952 090 €
Cons. e reab.,limpeza de caminhos,bermas,valetas e taludes - Freg.da Caveira	8 000 €						8 000 €	24 000 €	8 000 €	32 000 €
Limpe, reab.e conserv. de caminhos,bermas,valetas e taludes-Freg.Santa Cruz	10 000 €						10 000 €	30 000 €	10 000 €	40 000 €
Pintura de muros nas vias municipais - Freg.Santa Cruz	5 000 €						5 000 €	15 000 €	5 000 €	20 000 €
Conservação de abrigos de passageiros - Freg.Santa Cruz	5 000 €						5 000 €	15 000 €	5 000 €	20 000 €
Reab.,cons.e manut. de caminhos,bermas, taludes e valetas-Freg.de Ponta Delgada	10 000 €						10 000 €	30 000 €	10 000 €	40 000 €
Limpe.Reab.e cons.de trilhos, caminhos e canadas - Freg.dos Cedros	12 000 €						12 000 €	36 000 €	12 000 €	48 000 €
Aquisição de pavimento	80 000 €						80 000 €			
Fornecimento e contratação de serviços da pintura horizontal nas Ruas da Vila de Santa Cruz	70 000 €						70 000 €		69 607 €	69 607 €
Construção de armazem - Freguesia de Ponta Delgada	35 000 €						35 000 €		31 500 €	31 500 €
Aquisição sinais de trânsito	33 900 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €	1 000 €		37 900 €	21 957 €	1 494 €	23 451 €
Emprestimos contraído a Banca - Amortização	14 700 €	14 700 €	14 700 €	14 700 €	14 700 €		73 500 €	1 473 620 €	14 612 €	1 488 232 €
	4 550 982 €	468 202 €	468 202 €	368 202 €	364 702 €		6 220 290 €	6 695 561 €	1 875 650 €	8 571 211 €



II.1.6 Indicadores orçamentais

Estrutura da despesa	A 2021	A 2020
Receita total + saldo gerência	6 732 915,65 €	6 116 432,43 €
Despesa total paga	3 640 176,66 €	3 195 212,60 €
	1,85	1,91
Receita corrente cobrada	2 858 886,00 €	2 643 547,26 €
Despesa corrente paga	2 086 754,14 €	2 010 823,63 €
	1,37	1,31
Receita capital cobrada	952 139,27 €	914 689,58 €
Despesa capital paga	1 538 810,82 €	1 137 177,87 €
	0,62	0,80
Passivos financeiros cobrados	- €	- €
Despesa total paga	3 640 176,66 €	3 195 212,60 €
	0,00	0,00
Receita corrente cobrada localmente	350 313,48 €	321 230,74 €
Despesa total paga	3 640 176,66 €	3 195 212,60 €
	0,10	0,10
Impostos diretos	219 974,35 €	192 455,76 €
Receita total	3 811 695,82 €	3 562 039,98 €
	0,06	0,05
Venda de bes e serviços	27 363,48 €	29 059,48 €
Receita total	3 811 695,82 €	3 562 039,98 €
	0,01	0,01
Pessoal	1 159 564,54 €	1 191 040,21 €
Fundos municipais	3 019 552,00 €	2 810 744,00 €
	0,38	0,42

II.2 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados.

II.2.1 Análise ao Balanço

Em 2021 o ativo do Município de Santa Cruz das Flores atingiu os 21.522.363 euros o que significa um crescimento de 25.853 euros face ao ano anterior (0,1%). De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.



RUBRICAS	NOTAS	DATA		Variação
		31/12/2021	31/12/2020	
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	17 797 178,75 €	18 070 895,64 €	-1,5%
Propriedades de investimento	8	69 566,88 €	69 966,88 €	-0,6%
Ativos intangíveis	3	129 007,97 €	13 777,98 €	836,3%
Participações financeiras	18	113 589,00 €	113 589,00 €	0,0%
		18 109 342,60 €	18 268 229,50 €	-0,9%
Ativo corrente				
Inventários	10	88 993,47 €	75 752,78 €	17,5%
Clientes, contribuintes e utentes	18	3 273,10 €	1 370,80 €	138,8%
Estado e outros entes públicos	19	57 250,82 €	56 717,66 €	0,9%
Outras contas a receber	18	142 985,80 €	132 618,42 €	7,8%
Diferimentos	29	14 146,10 €	31 333,11 €	-54,9%
Caixa e depósitos	11	3 106 371,52 €	2 930 488,50 €	6,0%
		3 413 020,81	3 228 281,27	5,7%
Total do ativo		21 522 363,41	21 496 510,77	0,1%

Os ativos fixos tangíveis representam 82,7% do total do ativo, contra 84,1% em 2020 e registaram uma diminuição de 273.717 euros, devida a uma variação das depreciações superior às adições, cujo montante se cifrou em 1 milhão de euros.

No exercício de 2021 não se registaram novos ajustamentos decorrentes da transição para o atual normativo contabilístico.

Manteve-se inalterável, no montante de 69.567 euros, a quantia escriturada relativa a propriedades de investimento e que se referem a terrenos “tapadas” cedidos a terceiros em regime de arrendamento.

O forte crescimento da quantia escriturada em ativos intangíveis teve origem na execução do programa de modernização administrativa.

As participações financeiras cingem-se ao FAM e o seu montante manteve-se inalterável.

O ativo corrente reflete um aumento de 5,7% relativamente a 2020.

O saldo de disponibilidades, com um peso de 91% no ativo corrente reflete o seu peso determinante na componente corrente do ativo.

Em relação ao passivo, o Município de Santa Cruz das Flores fechou o ano com um valor de 359.994 euros, sendo constituído em 18,3% por passivo não corrente e em 81,7% por passivo corrente. De seguida, pode verificar-se a evolução das suas rubricas:



PASSIVO				Varição
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	[6/7]	65 752,64 €	80 364,34 €	-18,2%
		65 752,64 €	80 364,34 €	-18,2%
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	2 500,00 €	- €	
Estado e outros entes públicos	19	229,46 €	229,46 €	0,0%
Financiamentos obtidos	[6/7]	14 611,70 €	14 611,70 €	0,0%
Outras contas a pagar	18	193 802,84 €	201 942,40 €	-4,0%
Diferimentos	29	11 849,52 €	216 504,24 €	-94,5%
		222 993,52	433 287,80	-48,5%
Total do Passivo		288 746,16	513 652,14	-43,8%

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de (-43,8%), proveniente, essencialmente, da reclassificação para o Património Líquido de subsídios ao investimento cujas condições foram cumpridas no exercício de 2021. Relativamente ao valor de outras contas a pagar dizem respeito a acréscimos de gastos, com peso preponderante da rubrica de gastos com pessoal relativa a férias e subsídio de férias.

Não conhecemos processos judiciais em curso, sendo as provisões de zero.

Os fundos próprios do Município passaram a totalizar 21.233.617euros, o que traduz um crescimento de 1,2% relativamente ao ano anterior. A sua evolução em 2021, foi a seguinte

PATRIMÓNIO LÍQUIDO				Varição
Património/Capital	30	13 127 036,46 €	13 127 036,46 €	0,0%
Reservas	30	616 413,79 €	616 413,79 €	0,0%
Resultados transitados	30	1 594 692,15 €	2 267 360,38 €	-29,7%
Outras variações no Património Líquido	30	6 536 251,81 €	5 644 716,23 €	15,8%
Resultado líquido do período	30	- 640 776,96 €	- 672 668,23 €	-4,7%
Total do Património Líquido		21 233 617,25 €	20 982 858,63 €	1,2%

II.2.2 Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

O resultado líquido de 2021 é negativo em cerca de 640.777 euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza e que se encontram fortemente influenciados pelos fatos com depreciações no montante de 1.294.090 €, verificando-se um ligeiro acréscimo face ao ano anterior da ordem dos 40 mil euros. Os rendimentos em 2021 foram de 3,142.973 euros para um nível de gastos de 3.854.750 euros.



	NOTAS		PERÍODO	
			2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	229 922,20 €	200 164,53 €
Vendas	1321	+	17 459,28 €	17 338,59 €
Prestações de serviços e concessões	13/21	+	96 386,80 €	91 156,39 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	2 496 723,00 €	2 322 316,52 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-390 567,28 €	-208 758,89 €
Fornecimentos e serviços externos	22	-	-502 102,77 €	-501 120,61 €
Gastos com pessoal	22/23	-	-1 140 905,26 €	-1 199 548,43 €
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-394 998,66 €	-340 083,77 €
Prestações sociais	22/24	-	-31 037,09 €	-484,41 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10.	+/-	4 974,54 €	-11 727,04 €
Outros rendimentos e ganhos	21	+	297 507,10 €	203 767,75 €
Outros gastos e perdas	22	-	-28 345,46 €	-5 504,82 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			655 016,40 €	567 515,81 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		+/-	-1 294 089,73 €	-1 237 885,33 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			-639 073,33 €	-670 369,52 €
Juros e rendimentos similares obtidos		+	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados		-	-1 703,63 €	-2 298,71 €
Resultado antes de impostos			-640 776,96 €	-672 668,23 €
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			-640 776,96 €	-672 668,23 €

Efetuada uma análise aos gastos de 2021, podemos concluir que houve um aumento de 288 mil euros de euros face a 2020.

No exercício de 2021 ao CMVMC registou uma forte variação relativamente ao exercício anterior.

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2021:

Os impostos, contribuições e taxas compreendem os impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades. A rubrica de impostos, contribuições e taxas teve um aumento de 14,9% face ao ano de 2021

As transferências e subsídios correntes obtidos apresenta um aumento de 174 mil euros relativamente ao ano de 2021, correspondendo a um incremento de 7,5%.

II.2.3 Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Indicador	Rácio	anos 2021			anos 2020		
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	21 233 617 €	21 522 363 €	98,7 ^o	20 982 859 €	21 496 511 €	97,6 ^o
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	21 233 617 €	288 746 €	7353,7 ^o	20 982 859 €	513 652 €	4085,0 ^o
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	3 413 020,81	222 994 €	1530,5 ^o	3 228 281 €	433 288 €	745,1 ^o
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	3 017 378 €	222 994 €	1353,1 ^o	2 854 736 €	433 288 €	658,9 ^o
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	3 106 372 €	222 994 €	1393,0 ^o	2 930 489 €	433 288 €	676,3 ^o
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	- 640 777 €	21 233 617 €	-3,0 ^o	- 672 668,2300 €	20 982 859 €	-3,2 ^o



II.2.4 Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

A dívida total do município é obtida pela seguinte fórmula:

$$\text{Dívida total} =$$

$$\text{dívida total de operações orçamentais} + \text{dívida total das entidades participadas pelo município}$$

Sendo que:

$$\text{Dívida total de operações orçamentais} = \text{total das dívidas de 3.ºs no balanço} - \text{dívidas resultantes de operações não orçamentais}$$

No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2021 do Município de Santa Cruz das Flores face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2021, não excede o limite de endividamento:

Capacidade de Endividamento		
Receita corrente	01/01/2021	31/01/2021
2021		2 858 886,00 €
2020*	2 643 547,26 €	2 643 547,26 €
2019	2 574 106,17 €	2 574 106,17 €
2018	2 607 511,40 €	
Média	2 608 388,28 €	2 692 179,81 €
Limite	3 912 582,42 €	4 038 269,72 €
Margem Disponível	782 516,48 €	807 653,94 €
Passivo		
202	- €	2 500,00 €
242	229,26 €	229,26 €
245	0,20 €	0,20 €
25	94 976,04 €	80 364,34 €
27892	750,00 €	370,68 €
Endividamento	95 955,50 €	80 964,48 €
Excecionado	- €	
	95 955,50 €	
Margem disponível	01-01-2021	686 560,98 €
Margem disponível	31/10/2021	671 569,96 €
Margem para 2022		3 957 305,24 €
		726 689,46 €



III PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de 640.776,96 euros, seja transferido para resultados transitados

Santa das Flores, 21 de março de 2022



IV – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IV.1 Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	17 797 178,75 €	18 070 895,64 €
Propriedades de investimento	8	69 566,88 €	69 966,88 €
Ativos intangíveis	3	129 007,97 €	13 777,98 €
Participações financeiras	18	113 589,00 €	113 589,00 €
		18 109 342,60 €	18 268 229,50 €
Ativo corrente			
Inventários	10	88 993,47 €	75 752,78 €
Clientes, contribuintes e utentes	18	3 273,10 €	1 370,80 €
Estado e outros entes públicos	19	57 250,82 €	56 717,66 €
Outras contas a receber	18	142 985,80 €	132 618,42 €
Diferimentos	29	14 146,10 €	31 333,11 €
Caixa e depósitos	11	3 106 371,52 €	2 930 488,50 €
		3 413 020,81	3 228 281,27
Total do ativo		21 522 363,41	21 496 510,77
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30	13 127 036,46 €	13 127 036,46 €
Reservas	30	616 413,79 €	616 413,79 €
Resultados transitados	30	1 594 692,15 €	2 267 360,38 €
Outras variações no Património Líquido	30	6 536 251,81 €	5 644 716,23 €
Resultado líquido do período	30	- 640 776,96 €	- 672 668,23 €
Total do Património Líquido		21 233 617,25 €	20 982 858,63 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	[6/7]	65 752,64 €	80 364,34 €
		65 752,64 €	80 364,34 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	2 500,00 €	- €
Estado e outros entes públicos	19	229,46 €	229,46 €
Financiamentos obtidos	[6/7]	14 611,70 €	14 611,70 €
Outras contas a pagar	18	193 802,84 €	201 942,40 €
Diferimentos	29	11 849,52 €	216 504,24 €
		222 993,52	433 287,80
Total do Passivo		288 746,16	513 652,14
Total do Património Líquido e Passivo		21 522 363,41	21 496 510,77



IV.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Município de Santa Cruz das Flores			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2021			Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	14/21	229 922,20	200 164,53
Vendas	13/21	17 459,28	17 338,59
Prestações de serviços e concessões	13/21	96 386,80	91 156,39
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	2 496 723,00	2 322 316,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	out/22	-390 567,28	-208 758,89
Fornecimentos e serviços externos	22	-502 102,77	-501 120,61
		-	-
Gastos com pessoal	22/23	1 140 905,26	1 199 548,43
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-394 998,66	-340 083,77
Prestações sociais	22/24	-31 037,09	-484,41
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	09/out	4 974,54	-11 727,04
Outros rendimentos	21	297 507,10	203 767,75
Outros gastos	22	-28 345,46	-5 504,82
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		655 016,40	567 515,81
		-	-
Gastos/reversões de depreciação e amortização		1 294 089,73	1 237 885,33
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-639 073,33	-670 369,52
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0
Juros e gastos similares suportados		-1 703,63	-2 298,71
Resultado antes de impostos		-640 776,96	-672 668,23
Imposto sobre o rendimento		0	0
Resultado líquido do período		-640 776,96	-672 668,23



IV.3 Demonstração de Fluxos de Caixa



Município de Santa Cruz das Flores

RUBRICAS	NOTAS	Períodos			
		31/12/2021	31/12/2020		
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Recebimentos de clientes		+	115 666,76 €	117 413,48 €	
Recebimento de contribuintes		+	219 974,35 €	195 468,47 €	
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			2 508 572,52 €	2 322 316,52 €	
Recebimento de utentes		+	0,00 €	4,97 €	
Pagamentos a fornecedores		-	-1 428 962,64 €	-882 090,89 €	
Pagamentos ao pessoal		-	-1 054 937,26 €	-1 178 279,85 €	
Pagamentos de transferências e subsídios		-	-301 597,88 €	-264 958,26 €	
Pagamentos de prestações sociais		-	-52 447,90 €	-62 292,91 €	
Caixa gerada pelas operações		+/-			
Outros recebimentos		+	27 785,00 €	13 483,18 €	
Outros pagamentos		-	-324 689,72 €	-51 197,19 €	
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(a)	+/-	- 290 636,77 €	209 867,52 €	
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-	-317 198,31 €	-723 038,71 €	
Activos intangíveis		-	-159 622,41 €	-20 229,21 €	
Propriedades de investimento			0,00 €	0,00 €	
Investimentos financeiros		-	0,00 €	-6 310,50 €	
Outros ativos		-	0,00 €	0,00 €	
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+	0,00 €	0,00 €	
Activos intangíveis		+	0,00 €	0,00 €	
Propriedades de investimento		+	7 492,71 €	1 754,21 €	
Investimentos financeiros		+	0,00 €	0,00 €	
Outros activos		+	0,00 €	0,00 €	
Subsídios ao investimento		+	420 617,27 €	426 650,58 €	
Transferências de capital		+	531 522,00 €	488 039,00 €	
Juros e rendimentos similares		+	0,00 €	0,00 €	
Dividendos		+	0,00 €	3 153,25 €	
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(b)	+/-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-	-14 611,70	-40 900,60	
Juros e gastos similares		-	-1 679,77	0,00	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(c)		- 16 291,47 €	- 40 900,60 €	
Variação de caixa e seus equivalentes)+(b)+(c)	175 883	338 988	
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	2 930 489	2 591 501	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	3 106 372	2 930 489	
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA					
Caixa e seus equivalentes no início do período			2 930 488,50 €	2 591 500,96 €	
- Equivalentes a caixa no início do período			-9 268,67 €	-37 108,51 €	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			9 268,67 €	37 108,51 €	
-Variações cambiais de caixa no início do período					
= Saldo da gerência anterior			2 930 488,50 €	2 591 500,96 €	
De execução orçamental			2 921 219,83 €	2 554 392,45	
De operações de tesouraria			9 268,67 €	37 108,51	
Caixa e seus equivalentes no fim do período			3 106 371,52 €	2 930 488,50 €	
- Equivalentes a caixa no fim do período			-13 632,53 €	-9 268,67 €	
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			13 632,53 €	9 268,67 €	
- Variações cambiais de caixa no fim do período					
= Saldo da gerência seguinte			3 106 371,52 €	2 930 488,50	
De execução orçamental			3 092 738,99 €	2 921 219,83	
De operações de tesouraria			13 632,53 €	9 268,67	



IV.4 Demonstração de Alterações ao Património Líquido

DESCRICÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do património líquido
POSICÃO NO INICIO DO PERÍODO	(1)	13 127 036,46	616 413,79	2 267 360,38	5 644 716,23	(672 668,23)	20 982 858,63 €	20 982 858,63
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Transferências e subsídios de capital		- €	- €	- €	891 535,58 €	- €	891 535,58 €	891 535,58
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		- €	- €	672 668,23 €	- €	672 668,23 €	- €	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2)	0,00	0,00	(672 668,23)	891 535,58	672 668,23	891 535,58	891 535,58
RESULTADO INTEGRAL	(3)	0	0	0,00	0	(640 776,96)	(640 776,96)	(640 776,96)
	(4) = (2) + (3)					31 891,27	250 758,62	250 758,62
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(5)							
			0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	= (1) + (2) + (3) + (5)	13 127 036,46	616 413,79	1 594 692,15	6 536 251,81	-640 776,96	21 233 617,25	21 233 617,25

Entidade	Data do Contrato	Data de visto do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores		Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1/1	Saldo em 31/12	Obs.	
				Contratado	Utilizado	Inic. Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros					Total
"Reforço Abastecimento Água Ponte Ruiva"	14/03/2017	26/04/2017	141	131 505,29	131 505,29	1	1	36 524,25	925,82	36 524,25	14 611,70	14 611,70	0	94 981,04	80 369,34		
Totais				621 823,37	131 505,29			62 813,15	925,82	63 047,29	14 611,70	14 611,70	0	94 981,04	80 369,34		



V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IV.1 Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

IV:1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Município de Stª Cruz das Flores

Endereço: Município de Santa Cruz das Flores

NIF:512079110

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no ANEXO I (caracterização da entidade do Tribunal de Contas) e o organograma no ANEXO II.

IV.1.2 RECURSOS HUMANOS

O número de trabalhadores ao serviço no Município de Santa Cruz das Flores a 31 de dezembro de 2021, totaliza 58

IV.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a Entidade.

As demonstrações financeiras da entidade incluem a comparabilidade entre exercícios, não tendo a entidade recorrido à IPSAS 33 por se concluir que no segundo ano de aplicação do normativo não surgiram novas situações que necessitassem de aplicação de requisitos de transição.

IV.3 RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A desagregação dos valores inscritos na Rubrica o Balanço de Caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2021, por comparação com o período anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

Nota 11 DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Conta	Designação	31/12/2021	31/12/2020
11	Caixa	0,00 €	0,00 €
	Depósitos à ordem		
122	Depósitos bancários à ordem	3 092 738,99 €	2 921 219,83 €
	Outros depósitos		
131	Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
132	Depósitos consignados	4 571,16 €	4 950,48 €
133	Depósitos de garantias e cações	9 061,37 €	4 318,19 €
	TOTAL	3 106 371,52 €	2 930 488,50 €



Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

DFC		
Designação	31/12/2021	31/12/2020
- Execução orçamental	3 092 738,99	2 921 219,83
- Operações de tesouraria	13 632,53	9 268,67
Saldo da gerência	3 106 371,52 €	2 930 488,50 €

IV.4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

IV.4.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do município de Santa Cruz das Flores, apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP). Assim, as demonstrações financeiras garantem consistência na apresentação de um período para o outro. A relevância da informação é afetada pela /sua natureza e materialidade, não se encontra sujeita a compensações entre gastos e rendimentos, ou 4entre ativos e passivos, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

IV.4.2 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

IV.4.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. No caso dos prédios rústicos e urbanos, para os quais, não existindo informação fiável e atualizada sobre o custo ou sobre o custo depreciado, foram mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Lajes das Flores benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.



Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em outros benefícios económicos para o ativo, como o aumento da capacidade ou potência, melhoria da qualidade do output e redução significativa dos custos de operação, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

IV.4.2.2 Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

IV.4.2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.



Os dispêndios de pesquisa são reconhecidos na demonstração dos resultados como gasto quando suportados.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre a capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que ocorram.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil. O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta. As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 5 anos.

IV.4.2.4 Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município de St^a Cruz das Flores controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NP 4 – Acordos de concessão e NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Na situação do município de St^a Cruz encontram-se sujeito a esta contabilização o acordo de concessão da energia elétrica em baixa e iluminação pública, cuja concessão se encontra cedida à EDA. Porém, não existe informação disponível por parte do concessionário que permita o devido reconhecimento da concessão.

IV.4.2.5 Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.



Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

Na situação do município de Santa Cruz das Flores não existem ativos em locação.

IV.4.2.6 Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

O método de equivalência patrimonial é aplicado na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) Participação em processos de decisão de políticas; (c) Transações materiais entre o investidor e a participada; (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

No município de Stª Cruz das Flores não existem participações financeiras sujeitas ao método de equivalência patrimonial.

No caso de existirem participações financeiras em outras entidades que não sejam tidas como participações em empreendimentos conjuntos, subsidiárias ou associadas, estas serão registadas ao custo de aquisição deduzido de qualquer perda por imparidade acumulada.

O Município de Stª Cruz das Flores seguirá o método do custo para valorização dos seus investimentos financeiros, já que no presente essa participação se cinge à participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM)



IV.4.2.7 Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado excede a quantia recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados do período. A quantia recuperável é a mais alta entre o justo valor menos custos de vender do ativo e o seu valor de uso.

O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo, no caso dos “Ativos não geradores de Caixa”, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, no caso dos “Ativos geradores de Caixa”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados (ganhos).

IV.4.2.8 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra.

O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações. Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

IV.4.2.9 Instrumentos financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são



registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Contas a receber;
- Fornecedores;
- Contas a pagar;
- Financiamentos obtidos;

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Clientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal. Pela sua insignificância ou inexistências não se procedeu à sua atualização pelo justo valor,

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**



Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

IV.S.2.10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

IV.4.2.11 - Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.



O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação nos rendimentos de transações com contraprestação. O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Stª Cruz das Flores, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

O reconhecimento do rendimento de transações sem contraprestação é processado tendo em conta o prescrito na NCP 14. Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

- **Impostos, contribuições e taxas**
- **Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. A dotação do Orçamento de Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”

IV.4.2.12 - Julgamentos e estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão do Município efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações a data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Município.



As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Município, os quais se baseiam na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e nas ações que o Município considera poder vir a desenvolver no futuro.

É considerado que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Município e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;

Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;

Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;

Especializações diversas.

IV.4.2.13 - Principais pressupostos relativos ao futuro

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Órgão Executivo e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo as demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

IV.4.2.14 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Com a adoção do SNC-AP em 1 de janeiro de 2020, o Município atualizou as vidas úteis dos seus edifícios e outras construções para os AFT e PI de acordo com o CC2. Esta situação originou uma menor vida útil remanescente para a maioria dos seus edifícios e, conseqüentemente, um aumento do valor das depreciações por exercício.



IV 5 - NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1 Ativos intangíveis – variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

a. Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos no exercício, pelo valor de 135.382,21 €, encontram-se registados ao custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data.

b. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

As vidas úteis estimativas têm por base o Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

c. Método de amortização

O método de amortização usado é o das quotas constantes em regime duodecimal. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de 20.098,22 €

d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos ocorridos na quantia bruta foi de 181.516,88 € e o respetivo valor escriturado era de 129.092,97 €

Seguem-se os quadros à nota 3.1 com a discriminação dos respetivos valores:

Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
443 Programas de computador e sistemas de informação	46 188,67	32 410,69	0,00	13 777,98	181 516,88	52 508,91	0,00	129 007,97
TOTAL	46 188,67	32 410,69	0,00	13 777,98	181 516,88	52 508,91	0,00	129 007,97

Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações					Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período		Diminuições
443 Programas de computador e sistemas de informação	13 777,98	135 328,21	0,00	0,00	0,00	-20 098,22	0,00	129 007,97
TOTAL	13 777,98	135 328,21	0,00	0,00	0,00	-20 098,22	0,00	129 007,97

Q 3.2A - AI - desagregação das adições

Rubricas	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	135 328,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135 328,21
TOTAL	0,00	135 328,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135 328,21



Q 3.2B - AI - desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições				Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Encontram-se e uso 30.104,96 € de ativos intangíveis totalmente amortizados.

ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

O Município detém um contrato de concessão de serviços, cujo objeto consiste na distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Santa Cruz das Flores.

Pela exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade EDA paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente.

O respetivo ativo não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras por não serem conhecidos os respetivos valores.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

a. Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis, são mensurados e reconhecidos ao custo de aquisição. Considera-se custo de aquisição o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

b. Método de depreciação

O método de depreciação utilizado é o método da linha reta.

c. As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram definidas no Classificador complementar 2 do SNC-AP.

d. Quantia escriturada bruta e líquida

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:



Município de Santa Cruz das Flores

Q 5.1 - AFT - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	18 000.00	0.00	0.00	18 000.00	18000.00	0.00	0.00	18 000.00
Edifícios e outras construções	401 324.30	132 492.96	0.00	268 831.34	401324.30	146489.40	0.00	254 834.90
Infraestruturas	16 723 754.40	7 364 468.81	0.00	9 359 285.59	16801471.30	8175274.01	0.00	8 626 197.29
Bens de domínio público em curso	0.00	0.00	0.00	0.00	315614.00	0.00	0.00	315 614.00
	17 143 078,70	7 496 961,77	0,00	9 646 116,93	17 536 409,60	8 321 763,41	0,00	9 214 646,19
Ativos fixos em concessão								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	1 343 493.60	0.00	0.00	1 343 493.60	1 343 493.60	0.00	0.00	1 343 493.60
Edifícios e outras construções	8 283 183.00	2 262 574.76	0.00	6 020 608.24	8 320 021.02	2 494 512.92	0.00	5 825 508.10
Equipamento básico	1 141 910.30	671 087.35	0.00	470 822.95	1 259 962.95	763 410.74	0.00	496 552.21
Equipamento de transporte	1 144 701.79	948 463.84	0.00	196 237.95	1 153 951.79	1 008 272.16	0.00	145 679.63
Equipamento administrativo	74 547.20	47 772.36	0.00	26 774.84	131 855.34	66 758.43	0.00	65 096.91
Outros	119 869.53	64 380.55	0.00	55 488.98	243 367.13	110 514.48	0.00	132 852.65
Ativos fixos tangíveis em curso	311 352.15	0.00	0.00	311 352.15	572 949.46	0.00	0.00	572 949.46
	12 419 057,57	3 994 278,86	0,00	8 424 778,71	13 026 001,29	4 443 468,73	0,00	8 582 532,56
TOTAL	29 562 136,27	11 491 240,63	0,00	18 070 895,64	30 562 410,89	12 765 232,14	0,00	17 797 178,75

Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações					Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural							
Terrenos e recursos naturais	18 000.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	18 000.00
Edifícios e outras construções	268 831.34	0.00	0.00	0.00	0.00	-13 996.44	254 834.90
Infraestruturas	9 359 285.59	77 716.90	0.00	0.00	0.00	-810 805.20	8 626 197.29
Património histórico, artístico e cultural	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Bens de domínio público em curso	0.00	315 614.00	0.00	0.00	0.00	0.00	315 614.00
	9 646 116,93	393 330,90	0,00	0,00	0,00	-824 801,64	9 214 646,19
Ativos fixos em concessão							
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Infraestruturas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Património histórico, artístico e cultural	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Ativos fixos em concessão em curso	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	1 343 493.60	0.00	400.00	0.00	0.00	0.00	1 343 893.60
Edifícios e outras construções	6 020 608.24	0.00	36 838.02	0.00	0.00	-231 938.16	5 825 508.10
Equipamento básico	470 822.95	118 052.65	0.00	0.00	0.00	-92 323.39	496 552.21
Equipamento de transporte	196 237.95	9 250.00	0.00	0.00	0.00	-59 808.32	145 679.63
Equipamento administrativo	26 774.84	57 308.14	0.00	0.00	0.00	-18 986.07	65 096.91
Equipamentos biológicos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros	55 488.98	123 503.26	0.00	0.00	0.00	-46 133.93	132 852.65
Ativos fixos tangíveis em curso	311 352.15	347 278.63	-36 838.02	0.00	0.00	0.00	572 949.46
	8 424 778,71	655 392,68	400,00	0,00	0,00	-449 189,87	8 582 532,56
TOTAL	18 070 895,64	1 048 723,58	400,00	0,00	0,00	-1 273 991,51	17 797 178,75



Q 5.2A - AFT - desagregação das adições

Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação im.	Fusão, cisão	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Infraestruturas	0,00	77 716,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77 716,90
Bens de domínio público em curso	0,00	315614,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315 614,00
	0,00	393 330,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	393 330,90
Ativos fixos em concessão											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Equipamento básico	0,00	118052,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118 052,65
Equipamento de transporte	0,00	9250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 250,00
Equipamento administrativo	0,00	57308,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57 308,14
Outros	0,00	123503,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	123 503,26
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	347278,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347 278,63
	400,00	655 392,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655 792,68
TOTAL	400,00	1 048 723,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 049 123,58

Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-5,66	-5,66
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 843,30	-48 843,30
	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 848,96	-48 848,96
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 848,96	-48 848,96

Q 5.6 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS TOTALMENTE DEPRECIADOS QUE AINDA ESTEJAM EM USO

Conta	Designação	Nº ativo	Valor
4303	Infraestruturas do domínio público	3	1 674,32 €
432	Edifícios e outras construções		
433	Equipamento básico	134	267 001,02 €
434	Equipamento de transporte	19	693 648,54 €
435	Equipamento administrativo	89	55 297,19 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	52	72 773,10 €
	TOTAL	297	1 090 394,17 €

Valor escriturado e bens totalmente amortizados em uso

Encontram-se e uso 297 ativos no valor bruto de 1.090.384,17 € d totalmente depreciados.

Nota 6 – Locações

6.1 – Locações financeiras – Locatário

O Município não detém locações financeiras como locatário.

6.2 – Locações operacionais – Locatário



O Município não detém locações operacionais como locatário.

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

a. Política contabilística

O Município reconhece os custos de empréstimos obtidos como gastos do período e que são suportados.

b. Custo de empréstimo obtidos



Município de Santa Cruz das Flores

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O mapa dos empréstimos encontra-se em

Tipo	Identificação do empréstimo	Nome do contrato	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Visto TC	Capital		Condições		Pagamentos efetuados			Montantes variáveis e não pagos em 31/12			Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)			
						Finalidade do empréstimo	Contratado	Utilizado	Taxa de juro		Outros encargos	Juros	Outros encargos (a)		Capital	Juros	Outros encargos (a)		Em 31/12	Em 31/12 2013	Em 01/01 2014
									Inicial	Atual			Até V	Até V							
Curto Prazo																					
Total CP																					
Médio e Longo Prazo																					
Na isenção	9015_006561_291	CGD	20/01/2017	10	3/04/17	26.04.17	13195,29	13195,29	1	1	3624,25	1461,70	8089,34	3793,16	925,02	663,18	94981,04	8089,34	13195,29		
Sub Total							13195,29	13195,29			3624,25	1461,70	8089,34	3793,16	925,02	663,18	94981,04	8089,34	13195,29		
Médio e Longo Prazo Isentos																					
Sub Total																					
Total MLP																					
Total Geral							13195,29	13195,29			3624,25	1461,70	8089,34	3793,16	925,02	663,18	94981,04	8089,34	13195,29		

**Nota 8 – Propriedades de investimento****8.1 – Modelo de justo valor ou modelo do custo**

O Município adota no reconhecimento das propriedades de investimento o modelo do custo, ou seja, o custo menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

8.2 – Modelo do custo**a. As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas**

As vidas uteis estimativas têm por base o Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento do SNC-AP.

b. Método de depreciação

O método de depreciação usado é o das quotas constantes em regime duodecimal.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Porque as propriedades de investimento reconhecidas no município de Santa Cruz são exclusivamente referentes a terrenos não existem depreciações

c. Quantia escriturada e variações do período**Propriedades de investimento - Quantia escriturada e variação do período (Modelo Custo)**

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Depreciações do período	Perdas por imparidade	Dif Cambiais	Diminuições	
Terrenos e recursos naturais	69966,88	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-800,00	69566,88

Rubricas	Adições								Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	400,00

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienações	Transfer. ou troca	Fusão, cisão, ...	Outras		
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	-800,00	-800,00	

Corresponde exclusivamente a terrenos (Tapadas) arrendados a particulares para fins agropecuários e florestais, não se tendo registado qualquer alteração do seu valor durante o exercício.



NOTA 9 - IMPARIDADE DE ATIVOS

No exercício de 2021 a entidade não reconheceu qualquer imparidade nos ativos, verificando-se apenas a reversão na imparidade constituída em exercícios anteriores relativa a inventários.

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2021		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	3 273,10 €	- €	3 273,10 €
Outras contas a receber	Gerador de caixa	142 985,80 €		142 985,80 €
Mercadorias	Gerador de caixa	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	88 993,47 €	- €	88 993,47 €
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	113 589,00 €		113 589,00 €

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - ANO

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Matérias-primas, subsid.e de consumo	4 974,54	0,00	0,00		0,00	0,00	4 974,54	0,00	4 974,54	0,00
TOTAL	4 974,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 974,54	0,00	4 974,54	0,00

NOTA 10 - INVENTÁRIOS

a. As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se mensuradas pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inicial inclui o gasto com a aquisição, bem como os gastos adicionais de compra incorridos para colocar os inventários no seu local nas suas condições atuais.

O método de custeio adotado pelo município é o Custo Médio Ponderado.

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2021 é a seguinte:

b. Quantia bruta e líquida do período

Q10.1 - Inventários

Rubricas	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	88 993,47 €	0,00 €	88 993,47 €	80 727,32	4 974,54	75 752,78
TOTAL	88 993,47	-	88 993,47	80 727,32	4 974,54	75 752,78



Q10.2 - Inventários: movimentos do período

	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	75 752,78	410 043,93	390 567,28	0,00	10 859,03	4 974,54	1 944,28	1 592,81	88 993,47
TOTAL	75 752,78	410 043,93	390 567,28	0,00	10 859,03	4 974,54	1 944,28	1 592,81	88 993,47

Durante o exercício registou-se um aumento da quantia recuperável nos inventários no valor de 13.240,69 €

INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

	2021			2020		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS		MERCADORIAS	MATÉRIAS	
		PRIMAS	Total		PRIMAS	Total
	SUBS.CONSUMO			SUBS.CONSUMO		
Existências iniciais	0,00	80 727,32	80 727,32	0	66 586,87	66 586,87
Compras	0,00	410 043,93	410 043,93	0	238 164,63	238 164,63
Regularização de existências	0,00	-11 210,50	-11 210,50	0	-15 265,29	-15 265,29
Existências finais	0,00	88 993,47	88 993,47	0	80 727,32	80 727,32
Custo das merc.vend.mat.consumidas	0,00	390 567,28	390 567,28	0,00	208 758,89	208 758,89

O quadro acima evidencia o detalhe o CMVMC

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

- a. Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

- b. A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período é a seguinte

Q13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	31/12/2021	31/12/2020
	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	96 386,80 €	91 156,39 €
Venda de bens	17 459,28 €	17 338,59 €
Rendas em propriedades de investimento	10 822,88 €	7 193,06 €
Outros rendimentos	- €	3 155,25 €
TOTAL	124 668,96 €	118 843,29 €



Os rendimentos de transações com contraprestações representam apenas 4,0% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

NOTA 14 - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

a. Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 2822.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

Q14.1 - Rendimento de transações sem contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2021					31/12/2020				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	185 514,53 €		- €	- €		174 169,15 €				
Impostos indiretos	39 894,71 €		317,66 €	141,73 €		18 008,48 €		93,97 €	317,66 €	
Taxas	4 512,96 €		184,33 €	61,57 €		6 997,61 €		123,33 €	184,33 €	
Multas e outras penalidades	12,43 €		- €	- €		989,29 €		- €	- €	
Transferências sem condição	2 496 723,00 €	459 601,97 €	- €	- €		2 322 316,52 €	454 069,97 €			
Transferências com condição	- €	422 466,79 €	- €	- €		- €	134 461,00 €			
Subsídios com condição	- €		- €	- €		- €		- €	- €	
Outros	- €					3 155,25 €				
TOTAL	2 726 657,63 €	882 068,76 €	501,99 €	203,30 €	- €	2 525 636,30 €	588 530,97 €	217,30 €	501,99 €	- €

NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi considerado adequado não constituir provisão para outros riscos e encargos, atendendo ao grau de probabilidade do município vir a ser condenado ser remota.

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.



No município de Santa Cruz da Flores não existem processos judiciais que se encontram em curso que incidam sobre passivos.

Q15.1 - Provisões

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final	
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições		Total diminuições
Provisões										
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam a os valores a seguir apresentados.

Ativos Financeiros



Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros		31.12.2021			31.12.2020			
		Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Subtotais						
		Clientes, contribuintes e utentes			- €		- €	
		211 - Clientes e/€	3 069,80 €		3 069,80 €	868,81 €	868,81 €	
		213 - Contribuintes	141,73 €		141,73 €	317,66 €	317,66 €	
		214 - Utentes	61,57 €		61,57 €	184,33 €	184,33 €	
		Outros ativos						
		24 - Estabelecimentos públicos	57 250,82 €		57 250,82 €	56 717,66 €	56 717,66 €	
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	142 985,80 €		142 985,80 €	132 618,42 €	132 618,42 €	
		11+12+13 - Outros ativos financeiros	3 106 371,52 €		3 106 371,52 €	2 930 488,50 €	2 930 488,50 €	
		41 Participações financeiras	113 589,00 €		113 589,00 €	113 589,00 €	113 589,00 €	
	Instrumentos de património líquido	Subtotais	3 423 470,24 €	- €	3 423 470,24 €	3 234 784,38 €	- €	3 234 784,38 €
	Totais	3 423 470,24 €	- €	3 423 470,24 €	3 234 784,38 €	- €	3 234 784,38 €	

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber e	31/12/2021	31/12/2020
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	142 985,80 €	132 618,42 €
- Devedores por acréscimos de rendimentos	142 985,80 €	132 618,42 €
- Outros acréscimos de rendimentos		
Impostos e taxas imputados ao período - IMI	138 135,00 €	129 473,00 €
Outros acréscimos de rendimentos	4 850,80 €	3 145,42 €
Outros devedores	- €	- €
Outros ativos financeiros	- €	- €
- Devedores por empréstimos não bonificados	- €	- €
Totais	142 985,80 €	132 618,42 €

Do quadro resulta que o valor se concentra na especialização do IMI a receber em 2021 e que reporta o exercício de 2020.

Participações financeiras - Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

	Participações Financeiras			
	31/12/2021	Aumento	Redução	31/12/2020
Participações sociais				
Fundo de Apoio Municipal	113 589,00			113 589,00
Outras participações de capital	0,00			0,00
TOTAIS	113 589,00	0,00	0,00	113 589,00

	Participações Financeiras			
	31/12/2020	Aumento	Redução	31/12/2019
Participações sociais				
- Fundo de Apoio Municipal	113 589,00			113 589,00
TOTAIS	113 589,00	0,00	0,00	113 589,00

PASSIVOS FINANCEIROS



Os credores por transferências e subsídios empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/ transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não recimb.	2 500,00 €	- €	2 500,00 €	- €	- €	
		24 - Estado e out.ent.públicos	229,46 €		229,46 €	229,46 €	229,46 €	
		2722 - Cred. por acréscimos	180 399,77 €		180 399,77 €	192 903,19 €	192 903,19 €	
		276 + 277 + 2785,27892 - Credores diversos	13 403,07 €		13 403,07 €	9 039,21 €	9 039,21 €	
		25 Financiamentos obtidos	80 364,34 €		80 364,34 €	94 976,04 €	94 976,04 €	
		Subtotais	276 896,64 €		276 896,64 €	297 147,90 €	297 147,90 €	
Totais		276 896,64 €		276 896,64 €	297 147,90 €	297 147,90 €		

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam as dívidas de investimento desenvolvidas. No município de Santa Cruz das Flores não existem quaisquer valores reportados a estas dívidas.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/12/2021	31/12/2020
Passivo não corrente		
- Cauções	13 032,39	8 289,21
Cauções	13032,39	8289,21
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a Liquidar	130996,78	142733,68
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	48,97	116
- Outros acréscimos de gastos	49354,02	50053,51
- Credores por subscrições não liberadas		
- Outros credores	370,68	750,00
- Outros credores	370,68	750
Totais	193 802,84	201 942,40

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

Financiamentos	31.12.2021			31.12.2020		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bonificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos financiamento	14 611,70	65 752,64	80 364,34	14 611,70	80 364,34	94 976,04
Caixa Geral Depósitos	14 611,70	65 752,64	80 364,34	14 611,70	80 364,34	94 976,04
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14 611,70	65 752,64	80 364,34	14 611,70	80 364,34	94 976,04

O horizonte temporal dos financiamentos obtidos, enquadram-se nos seguintes exercícios futuros:



ANOS	CGD
2022	14 611,70
2023	14 611,70
2024	14 611,70
2025	14 611,70
2026	14 611,70
2027	7 305,85
Totais	80 364,35

O município de Santa Cruz tinha em vigor apenas um contrato de empréstimo, sendo que durante o exercício amortizou o montante de 14.611,70 euros, transitando para os exercícios futuros um valor em dívida de 80.364,34euros.

Os passivos financeiros do município de Santa Cruz das Flores, que relevam para efeitos da dívida nos termos do REFALEI passaram de uma utilização de 2,5% para 2,0% da respetiva capacidade de endividamento.

Capacidade de Endividamento		
Receita corrente	01/01/2021	31/01/2021
2021		2 858 886,00 €
2020	2 643 547,26 €	2 643 547,26 €
2019	2 574 106,17 €	2 574 106,17 €
2018	2 607 511,40 €	
Média	2 608 388,28 €	2 692 179,81 €
Limite	3 912 582,42 €	4 038 269,72 €
Margem Disponível	782 516,48 €	807 653,94 €
Passivo		
202	- €	2 500,00 €
242	229,26 €	229,26 €
245	0,20 €	0,20 €
25	94 976,04 €	80 364,34 €
27892	750,00 €	370,68 €
Endividamento	95 955,50 €	80 964,48 €
Excecionado	- €	
	95 955,50 €	
Margem disponível 01-01-2021	686 560,98 €	
Margem disponível 31/10/2021		671 569,96 €
Margem para 2022		3 957 305,24 €
		726 689,46 €
Peso da dívida	3,7%	3,0%
Peso no limite	2,5%	2,0%

NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O Município de Santa Cruz das Flores não detém participações em entidades que controla, não sendo, por isso aplicável

Na sequência do atrás referido não é igualmente aplicável a divulgação das transações entre entidades relacionadas.

OUTRAS DIVULGAÇÕES

NOTA 23 - ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO



Q 23 - Alterações no Património Líquido

Rubricas	01/01/2021	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimento Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2021
51 - Património	13 127 036,46						13 127 036,46
55 - Reservas	616 413,79	0,00				0,00	616 413,79
- Reservas legais	616 413,79						616 413,79
56 - Resultados transitados	2 267 360,38	(672 668,23)	0,00		0,00	0,00	1 594 692,15
- Resultados transitados De períodos anteriores	2 548 811,53	(672 668,23)					1 876 143,30
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	-281 451,15						-281 451,15
57 - Ajust.em ativos financeiros	0,00					0,00	0,00
59 - Outras variações no património líquido	5 644 716,23		0,00			1 188 483,68	6 536 251,81
- Transferências e subsídios de capital	4 213 177,43		0,00			656 961,68	4 645 111,04
- Ativos depreciables	4 213 177,43			(225 028,07)		656 961,68	4 645 111,04
- Outras transferências, sub.capital	454 069,97					531 522,00	913 671,94
- FEF Capital	235 120,18			(40 066,56)		264 640,00	459 693,62
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	218 949,79			(31 853,47)		266 882,00	453 978,32
- Doações obtidas	977 468,83			0,00			977 468,83
818 - Resultados líquido do exercício	-672 668,23	672 668,23	0,00		(640 776,96)		-640 776,96
TOTAL	20 982 858,63		0,00		(640 776,96)	1 188 483,68	21 233 617,25

As variações no património líquido no exercício de 2021, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2020, resultados transitados (-672.668,23);
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2021, (-640.776,96) cuja aplicação a resultados transitados será proposta no relatório de gestão;
3. Reforço de financiamentos cujas condições foram cumpridas e reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes com um valor líquido em outras alterações do património líquido no valor de (225.028,07) €
4. Transferências de Capital (FEF e Artigo 35º) no âmbito da lei nº 73/2012, totalizaram 459.601,97€, valor sobre o qual foi efetuada a devida atribuição a investimentos de capital encontrando-se por especializar ao longo da vida dos investimentos o valor que permanece no património líquido.

Nota 24 - Diferimentos

DIFERIMENTOS ATIVOS

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer		
- Seguros	14 146,10	31 333,11
Totais	14 146,10	31 333,11

DIFERIMENTOS PASSIVOS

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:



Diferimentos passivos	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos a reconhecer	11 849,52	216 504,24
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	11 849,52	216 504,24
- FEDER	11 849,52	216 504,24
- Outros		
Totais	11 849,52	216 504,24

NOTA 25 - RENDIMENTOS E GANHOS

Q 21 Rendimentos de Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
70 Impostos, contribuições e taxas	229 922,20	200 164,53
71 Vendas	17 459,28	17 338,59
72 Prestações de serviços e concessões	96 386,80	91 156,39
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	2 496 723,00	2 322 316,52
76 Reversões	4 974,54	-
78 Outros rendimentos	297 507,10	203 767,75
Totais	3 142 972,92	2 834 743,78

Durante os anos de 2021 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 3.142.973 euros, o que representa um acréscimo de 10,9% face a 2020.

NOTA 26 - GASTOS E PERDAS

Durante o ano de 2021 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2021	2020
60 Transferências e subsídios concedidos	426 035,75	340 568,18
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	390 567,28	208 758,89
62 Fornecimentos e serviços externos	502 102,77	501 120,61
63 Gastos com o pessoal	1 140 905,26	1 199 548,43
64 Gastos de depreciação e de amortização	1 294 089,73	1 237 885,33
65 Perdas por imparidade	0,00	11 727,04
68 Outros gastos	28 345,46	5 504,82
69 Gastos por juros e outros encargos	1 703,63	2 298,71
Totais	3 783 749,88	3 507 412,01

Comparativamente com 2020 os gastos registaram um acréscimo de 7,9%

NOTA 27 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Q 24 Transferências e subsídios concedidos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2021	2020
Transferências correntes concedidas		
- Freguesias	55 125,31	0,00
- Associações de Municípios	0,00	2 100,00
- Instituições sem fins lucrativos	146 284,54	98 436,36
- Famílias	118 640,49	146 047,41
- Outras	73,63	
- Subsídios correntes concedidos	5 000,00	
- Prestações sociais	31 037,09	484,41
Subtotal	356 161,06	247 068,18
Transferências capital concedidas		
- Freguesias	69 874,69	93 500,00
Subtotal	69 874,69	93 500,00
Totais	426 035,75	340 568,18



Do total das transferências correntes 15,5% foram canalizadas para as freguesias, 33,3% apoio às famílias e 41% para instituições sem fins lucrativos, enquanto que as transferências de capital foram integralmente afetadas às freguesias.

NOTA 28 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta componente dos gastos, durante o ano de 2021, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Q 28 FSE			
Fornecimentos e serviços externos		2021	2020
621	Subcontratos e parcerias	114 231,67	116 658,70
	- Serviços de Saneamento básico	0,00	0,00
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	36 283,30	32 622,12
	- Tecnologias de informação e comunicação	0,00	4 395,50
	- Água - Abastecimento Público	252,00	438,78
	- Iluminação Pública	28 548,76	41 710,04
	- Transportes outros	1 748,00	5 269,55
	- Outros	47 399,61	32 222,71
622	Serviços especializados	205 358,45	213 687,49
	- Trabalhos especializados	147 923,67	82 588,53
	- Publicidade comunicação e imagem	2 704,39	2 592,06
	- Honorários	0,00	250,00
	- Comissões	10 027,69	14 713,75
	- Conservação e reparação	39 239,72	102 443,15
	- Outros serviços especializados	5 462,98	11 100,00
623	Materiais de consumo	987,46	6 166,05
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	987,46	234,44
	- Livros e documentação técnica	0,00	24,52
	- Material de escritório	0,00	179,69
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	0,00	5 596,50
	- Material de educação cultura e recreio	0,00	130,90
624	Energia e fluídos	117 077,20	102 020,63
	- Electricidade	37 789,66	35 053,85
	- Combustíveis e lubrificantes	79 287,54	66 606,26
	- Água	0,00	360,52
625	Deslocações, estadas e transportes	12 317,98	15 484,94
	- Deslocações e estadas	2 431,40	3 527,61
	- Transportes de pessoal	18,00	629,68
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	9 727,90	11 327,65
	- Outros	140,68	0,00
626	Serviços diversos	52 130,01	47 102,80
	- Rendas e alugueres	2 758,21	5 184,38
	- Comunicação	26 951,43	25 895,05
	- Seguros	20 890,37	9 220,31
	- Contencioso e notariado	0,00	33,00
	- Despesas de representação dos serviços	1 530,00	0,00
	- Limpeza, higiene e conforto	0,00	748,64
	- Outros serviços	0,00	6 021,42
Totais		502 102,77	501 120,61

**Nota 29 - GASTOS COM PESSOAL**

Gastos com o pessoal	2021	2020
Remunerações Órgãos Autárquicos	145 106,91	166 713,17
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	0,00	100,00
Remunerações do pessoal	750 423,13	801 351,85
- Remunerações base	555 394,89	597 339,38
- Subsídios de férias	44 598,19	49 940,87
- Subsídios de Natal	42 438,80	43 991,38
- Subsídio de refeição	55 718,37	61 522,43
- Outros suplementos	42 863,70	47 536,89
- Abonos variáveis ou eventuais	9 409,18	1 020,90
Encargos s/ Remunerações	209 696,84	197 331,98
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	7 015,52	4 997,80
Outros gastos com o pessoal	21 594,64	22 023,25
Outros encargos sociais	7 068,22	7 030,38
Totais	1 140 905,26	1 199 448,43

Nota 30 – DEPRECIACÕES

Depreciações e Amortizações	2021	2020
Bens do domínio público	824 801,64	837 377,30
Edifícios e outras construções	231 938,16	244 738,82
Equipamento básico	92 323,39	56 962,78
Equipamento de transporte	59 808,32	59 778,60
Equipamento administrativo	18 986,07	6 645,56
Equipamentos biológicos	0,00	23 282,18
Outros ativos fixos tangíveis	46 133,93	9 100,09
Ativos intangíveis	20 098,22	
Totais	1 294 089,73	1 237 885,33

V - Contabilidade de Gestão

O SNC-AP veio introduzir alterações no modelo de contabilidade de custos para a contabilidade de gestão, quer quanto ao sistema de custeio, quer quanto aos apuramentos a obter. Dadas as limitações ainda existentes na implementação desta contabilidade, nomeadamente ao nível da aplicação informática, o município de Santa Cruz das Flores cumprir parcialmente com todos os requisitos na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, dado que no sistema informático ainda se encontra apenas disponível o sistema de contabilidade referente ao POCAL, apresentando-se em seguida os principais resultados por funções:



Município de Santa Cruz das Flores

110	Serviços gerais de administração pública	Diretos a Bens e Serviços	2 137,88 €
110	Serviços gerais de administração pública	Indiretos a Bens e Serviços	1 352,01 €
110	Serviços gerais de administração pública	C. Indiretos a Funções	185,44 €
			3 675,33 €
111	Administração geral	Diretos a Bens e Serviços	943 557,28 €
111	Administração geral	Indiretos a Bens e Serviços	91 213,20 €
111	Administração geral	C. Indiretos a Funções	3 827,03 €
			1 038 597,51 €
121	Protecção civil e luta contra incêndios	Diretos a Bens e Serviços	24 000,00 €
121	Protecção civil e luta contra incêndios	Indiretos a Bens e Serviços	- €
121	Protecção civil e luta contra incêndios	C. Indiretos a Funções	1 166,47 €
			25 166,47 €
210	Educação	Diretos a Bens e Serviços	11 842,18 €
210	Educação	Indiretos a Bens e Serviços	- €
210	Educação	C. Indiretos a Funções	1 089,59 €
			12 931,77 €
211	Ensino não superior	Diretos a Bens e Serviços	- €
211	Ensino não superior	Indiretos a Bens e Serviços	7 755,48 €
211	Ensino não superior	C. Indiretos a Funções	- €
			7 755,48 €
212	Serviços auxiliares de ensino	Diretos a Bens e Serviços	39 673,75 €
212	Serviços auxiliares de ensino	Indiretos a Bens e Serviços	- €
212	Serviços auxiliares de ensino	C. Indiretos a Funções	4 140,63 €
			43 814,38 €
232	Ação social	Diretos a Bens e Serviços	133 491,68 €
232	Ação social	Indiretos a Bens e Serviços	1 696,60 €
232	Ação social	C. Indiretos a Funções	15 167,96 €
			150 356,24 €
241	Habitação	Diretos a Bens e Serviços	31 393,02 €
241	Habitação	Indiretos a Bens e Serviços	1 026,00 €
241	Habitação	C. Indiretos a Funções	3 728,74 €
			36 147,76 €
242	Ordenamento do território	Diretos a Bens e Serviços	- €
242	Ordenamento do território	Indiretos a Bens e Serviços	53 005,92 €
242	Ordenamento do território	C. Indiretos a Funções	- €
			53 005,92 €



Município de Santa Cruz das Flores

243	Saneamento	Diretos a Bens e Serviços	531,70 €
243	Saneamento	Indiretos a Bens e Serviços	- €
243	Saneamento	C. Indiretos a Funções	40,28 €
			571,98 €
244	Abastecimento de água	Diretos a Bens e Serviços	41 527,09 €
244	Abastecimento de água	Indiretos a Bens e Serviços	190 006,32 €
244	Abastecimento de água	C. Indiretos a Funções	25 336,34 €
			256 869,75 €
245	Resíduos sólidos	Diretos a Bens e Serviços	175 167,70 €
245	Resíduos sólidos	Indiretos a Bens e Serviços	26 910,75 €
245	Resíduos sólidos	C. Indiretos a Funções	20 286,56 €
			222 365,01 €
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	Diretos a Bens e Serviços	73 521,59 €
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	Indiretos a Bens e Serviços	24 371,99 €
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	C. Indiretos a Funções	10 039,28 €
			107 932,86 €
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	Diretos a Bens e Serviços	- €
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	Indiretos a Bens e Serviços	710,52 €
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	C. Indiretos a Funções	- €
			710,52 €
251	Cultura	Diretos a Bens e Serviços	48 249,59 €
251	Cultura	Indiretos a Bens e Serviços	40 118,64 €
251	Cultura	C. Indiretos a Funções	11 177,43 €
			99 545,66 €
252	Desporto, recreio e lazer	Diretos a Bens e Serviços	92 240,00 €
252	Desporto, recreio e lazer	Indiretos a Bens e Serviços	196 702,74 €
252	Desporto, recreio e lazer	C. Indiretos a Funções	34 112,90 €
			323 055,64 €
253	Outras actividades cívicas e religiosas	Diretos a Bens e Serviços	47 630,45 €
253	Outras actividades cívicas e religiosas	Indiretos a Bens e Serviços	27 345,64 €
253	Outras actividades cívicas e religiosas	C. Indiretos a Funções	6 635,62 €
			81 611,71 €
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	Diretos a Bens e Serviços	- €
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	Indiretos a Bens e Serviços	20 110,28 €
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	C. Indiretos a Funções	- €
			20 110,28 €
320	Indústria e energia	Diretos a Bens e Serviços	38 905,33 €
320	Indústria e energia	Indiretos a Bens e Serviços	3 820,68 €
320	Indústria e energia	C. Indiretos a Funções	4 517,42 €
			47 243,43 €
330	Transportes e comunicações	Diretos a Bens e Serviços	- €
330	Transportes e comunicações	Indiretos a Bens e Serviços	1 748,64 €
330	Transportes e comunicações	C. Indiretos a Funções	- €
			1 748,64 €
331	Transportes rodoviários	Diretos a Bens e Serviços	264 348,89 €
331	Transportes rodoviários	Indiretos a Bens e Serviços	487 316,81 €
331	Transportes rodoviários	C. Indiretos a Funções	89 594,06 €
			841 259,76 €
340	Comércio e turismo	Diretos a Bens e Serviços	3 910,06 €
340	Comércio e turismo	Indiretos a Bens e Serviços	9 879,96 €
340	Comércio e turismo	C. Indiretos a Funções	502,81 €
			14 292,83 €
341	Mercados e feiras	Diretos a Bens e Serviços	1 309,61 €
341	Mercados e feiras	Indiretos a Bens e Serviços	1 066,32 €
341	Mercados e feiras	C. Indiretos a Funções	319,96 €
			2 695,89 €
342	Turismo	Diretos a Bens e Serviços	1 736,38 €
342	Turismo	Indiretos a Bens e Serviços	27 317,28 €
342	Turismo	C. Indiretos a Funções	1 771,65 €
			30 825,31 €
420	Transferências entre administrações	Diretos a Bens e Serviços	155 262,43 €
420	Transferências entre administrações	Indiretos a Bens e Serviços	- €
420	Transferências entre administrações	C. Indiretos a Funções	20 391,92 €
			175 654,35 €
430	Diversas não especificadas	Diretos a Bens e Serviços	31 170,55 €
430	Diversas não especificadas	Indiretos a Bens e Serviços	52 917,24 €
430	Diversas não especificadas	C. Indiretos a Funções	9 244,33 €
			93 332,12 €



VI – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



VII - Anexo às demonstrações Orçamentais

VII.1 - DDORC

conta	descrição	Receita Pórpia	Receitas Gerai	EU	Emp	FA	Total	N-1
RI01	Operações Orçamentais [1]	2 919 297,23 €	- €	1 922,60 €	- €	- €	2 921 219,83 €	2 554 392,45 €
RI02	Devolução do saldo oper. Orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RI03	Operações de tesouraria [A]	- €	- €	- €	- €	9 268,67 €	9 268,67 €	37 108,51 €
R11	Impostos diretos	219 974,35 €	- €	- €	- €	- €	219 974,35 €	192 455,76 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	6 642,09 €	- €	- €	- €	- €	6 642,09 €	6 252,74 €
R4	Rendimentos de propriedade	95 783,56 €	- €	- €	- €	- €	95 783,56 €	93 263,46 €
R51	Transferências e subsídios correntes	2 508 572,52 €	- €	- €	- €	- €	2 508 572,52 €	2 322 316,52 €
R6	Venda de bens e serviços	27 363,48 €	- €	- €	- €	- €	27 363,48 €	29 059,48 €
R7	Outras receitas correntes	550,00 €	- €	- €	- €	- €	550,00 €	199,30 €
R8	Venda de bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9	Transferências e subsídios de capital	541 522,00 €	- €	410 617,27 €	- €	- €	952 139,27 €	914 689,58 €
R10	Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	670,55 €	- €	- €	- €	- €	670,55 €	3 803,14 €
RA04	Receita efetiva [2]	3 401 078,55 €	- €	410 617,27 €	- €	- €	3 811 695,82 €	3 562 039,98 €
R12	Receita com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R13	Receita com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	6 320 375,78 €	- €	412 539,87 €	- €	- €	6 732 915,65 €	6 116 432,43 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]	- €	- €	- €	- €	19 934,79 €	19 934,79 €	6 245,68 €
D1	Despesa com o pessoal	1 159 564,54 €	- €	- €	- €	- €	1 159 564,54 €	1 191 040,21 €
D2	Aquisição de bens e serviços	629 339,69 €	- €	- €	- €	- €	629 339,69 €	581 752,25 €
D3	Juros e outros encargos	925,82 €	- €	- €	- €	- €	925,82 €	1 311,14 €
D4	Transferências e subsídios correntes	294 527,71 €	- €	- €	- €	- €	294 527,71 €	233 751,17 €
D5	Outras despesas correntes	2 396,38 €	- €	- €	- €	- €	2 396,38 €	2 968,86 €
D6	Aquisição de bens de capital	1 001 634,93 €	- €	412 175,89 €	- €	- €	1 413 810,82 €	1 043 677,87 €
D7	Transferência e subsídios de capital	125 000,00 €	- €	- €	- €	- €	125 000,00 €	93 500,00 €
D8	Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D9	Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	6 310,50 €
D10	Despesa com passivos financeiros	14 611,70 €	- €	- €	- €	- €	14 611,70 €	40 900,60 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	3 228 000,77 €	- €	412 175,89 €	- €	- €	3 640 176,66 €	3 195 212,60 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]	- €	- €	- €	- €	15 570,93 €	15 570,93 €	34 085,52 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 092 375,01 €	- €	363,98 €	- €	- €	3 092 738,99 €	2 921 219,83 €
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]	- €	- €	- €	- €	13 632,53 €	13 632,53 €	9 268,67 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	187 689,48 €	- €	1 558,62 €	- €	- €	186 130,86 €	414 038,48 €
DA10	Despesa primária	3 212 463,25 €	- €	412 175,89 €	- €	- €	3 624 639,14 €	3 146 690,36 €
DA11	Saldo corrente	772 131,86 €	- €	- €	- €	- €	772 131,86 €	632 723,63 €
DA12	Saldo de capital	- 585 112,93 €	- €	1 558,62 €	- €	- €	- 586 671,55 €	- 222 488,29 €
DA13	Saldo primário	188 615,30 €	- €	1 558,62 €	- €	- €	187 056,68 €	415 349,62 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	6 320 375,78 €	- €	412 539,87 €	- €	- €	6 732 915,65 €	6 116 432,43 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	3 228 000,77 €	- €	412 175,89 €	- €	- €	3 640 176,66 €	3 195 212,60 €

O município de Santa Cruz das Flores iniciou o exercício com um saldo orçamental proveniente da gerência anterior de 2.921.219,83 euros e concluiu o exercício com um saldo orçamental para a gerência seguinte de 3.092.738,99 euros. Durante o mesmo período o saldo de operações de tesouraria passou de 9.268,67 euros no início do período para 13.632,53 euros.

O total da receita arrecadada durante o exercício foi de 3.811.695,82 €, não se registrando qualquer receita não efetiva.

A despesa ascendeu a 3.640.176,66 euros, com 14.611,60 euros classificada como despesa não efetiva.

Os saldos: global, corrente, de capital e primário foram respetivamente de 186.130,86 euros; 772.131,86 euros; (-586.671,55 euros) e 187.056,68 euros.



VII.2 - DODES

Designação	Despesa por	Dotações	Cutros/	Compromissos	Obrigações	Despesa paga líquida de reposições			Compromissos	Obrigações	Grau de exec. orçam.	
	pagar período	corrigidas	descontos			Período	Período	Total	a transferir	por pagar	Período ant.	Período corrente
	anterior					anterior	corrente					
Despesa corrente												
D011 Remunerações Certas e Permanentes	- €	926.440,00 €	- €	856.909,50 €	856.909,50 €	- €	856.909,50 €	856.909,50 €	- €	- €	0	92.495
D012 Abonos Variáveis ou Eventuais	- €	79.576,00 €	- €	63.301,84 €	63.301,84 €	- €	63.301,84 €	63.301,84 €	- €	- €	0	79.549
D013 Segurança Social	- €	258.279,00 €	- €	239.353,20 €	239.353,20 €	- €	239.353,20 €	239.353,20 €	- €	- €	0	92.672
D02 Aquisição de bens e serviços	- €	980.493,00 €	- €	710.830,56 €	629.339,69 €	- €	629.339,69 €	629.339,69 €	81.490,87 €	- €	0	64.186
D03 Juros e outros encargos	- €	1.000,00 €	- €	925,82 €	925,82 €	- €	925,82 €	925,82 €	- €	- €	0	92.582
D0413 Segurança Social	- €	118.000,00 €	- €	59.484,07 €	59.484,07 €	- €	59.484,07 €	59.484,07 €	- €	- €	0	50.41
D0412 Entidades do setor não lucrativo	- €	331.000,00 €	- €	156.737,50 €	156.737,50 €	- €	154.237,50 €	154.237,50 €	- €	2.500,00 €	0	46.597
D0413 Famílias	- €	272.000,00 €	- €	108.074,67 €	80.806,14 €	- €	80.806,14 €	80.806,14 €	27.268,53 €	- €	0	29.708
D05 Outras despesas correntes	- €	4.302,00 €	- €	2.712,93 €	2.396,38 €	- €	2.396,38 €	2.396,38 €	316,55 €	- €	0	55.704
Despesa de capital												
D06 Aquisição de bens de capital	- €	3.870.281,83 €	- €	1.613.942,88 €	1.413.810,82 €	- €	1.413.810,82 €	1.413.810,82 €	200.132,06 €	- €	0	36.53
D07115 Administração Local	- €	129.500,00 €	- €	125.000,00 €	125.000,00 €	- €	125.000,00 €	125.000,00 €	- €	- €	0	96.525
D10 Despesa com passivos financeiros	- €	14.700,00 €	- €	14.611,70 €	14.611,70 €	- €	14.611,70 €	14.611,70 €	- €	- €	0	99.399
Total Despesas Corrente	- €	2.971.090,00 €	- €	2.198.330,09 €	2.089.254,14 €	- €	2.086.754,14 €	2.086.754,14 €	109.075,95 €	2.500,00 €	0	70.236
Total Despesas de Capital	- €	4.014.481,83 €	- €	1.753.554,58 €	1.553.422,52 €	- €	1.553.422,52 €	1.553.422,52 €	200.132,06 €	- €	0	38.695
Total Geral	- €	6.985.571,83 €	- €	3.951.884,67 €	3.642.676,66 €	- €	3.640.176,66 €	3.640.176,66 €	309.208,01 €	2.500,00 €	0	52,11

O grau de execução da despesa foi de apenas 52,1% do previsto no orçamento, enquanto os compromissos que transitaram ascendem a 4,4% da dotação do orçamento. A despesa de capital corresponde a 42,7% do total da despesa. As obrigações por pagar cingem-se a 2.500 euros.

VII.3 - DOREC

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per.	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas	Reembolsos e Restituições emitidos	Restituições pagas	Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final	Grau de exec. orçam.		
									Per. Anter.	Per. Corrente	Total		Per. ant.	Per. corrente	
Receita corrente															
R011	Impostos diretos	220.903,00 €	- €	219.974,35 €	- €	219.974,35 €	- €	- €	- €	- €	219.974,35 €	219.974,35 €	- €	0	99,58
R012	Impostos indiretos	541,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0	0
R03	Taxas, multas e outras penalidades	9.445,00 €	501,99 €	6.529,45 €	186,05 €	6.642,09 €	- €	- €	346,45 €	6.295,64 €	6.642,09 €	203,30 €	3.668	66,656	
R04	Rendimentos de propriedade	97.455,00 €	- €	97.313,73 €	- €	95.783,56 €	- €	- €	- €	95.783,56 €	95.783,56 €	1.530,17 €	0	98,285	
R05111	Administração Central - Estado Português	2.521.283,00 €	- €	2.488.030,00 €	- €	2.488.030,00 €	- €	- €	- €	2.488.030,00 €	2.488.030,00 €	- €	0	98,481	
R05112	Administração Central - Outras entidades	15.000,00 €	- €	11.849,52 €	- €	11.849,52 €	- €	- €	- €	11.849,52 €	11.849,52 €	- €	0	91,15	
R05114	Administração Regional	8.693,00 €	- €	8.693,00 €	- €	8.693,00 €	- €	- €	- €	8.693,00 €	8.693,00 €	- €	0	100	
R06	Venda de bens e serviços	35.287,00 €	868,81 €	28.051,56 €	17,26 €	27.363,48 €	- €	- €	669,41 €	26.694,07 €	27.363,48 €	1.539,63 €	1.897	75,648	
R07	Outras receitas correntes	552,00 €	- €	550,00 €	- €	550,00 €	- €	- €	- €	550,00 €	550,00 €	- €	0	99,638	
Receita de capital															
R09111	Administração Central - Estado Português	1.146.522,00 €	- €	942.139,27 €	- €	942.139,27 €	- €	- €	- €	942.139,27 €	942.139,27 €	- €	0	82,174	
R09112	Administração Central - Outras entidades	10.000,00 €	- €	10.000,00 €	- €	10.000,00 €	- €	- €	- €	10.000,00 €	10.000,00 €	- €	0	100	
R11	Reposições não abatas aos pagamentos	671,00 €	- €	670,55 €	- €	670,55 €	- €	- €	- €	670,55 €	670,55 €	- €	0	99,953	
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	2.921.219,83 €	- €	2.921.219,83 €	- €	2.921.219,83 €	- €	- €	- €	2.921.219,83 €	2.921.219,83 €	- €	0	100	
	Total Receitas Correntes	2.907.159,00 €	- €	2.860.991,61 €	203,31 €	2.858.886,00 €	- €	- €	1.015,86 €	2.857.870,14 €	2.858.886,00 €	3.273,10 €	0,035	98,305	
	Total Receitas de Capital	1.156.522,00 €	- €	952.139,27 €	- €	952.139,27 €	- €	- €	- €	952.139,27 €	952.139,27 €	- €	0	82,328	
	Total Outras Receitas	2.921.890,83 €	- €	2.921.890,38 €	- €	2.921.890,38 €	- €	- €	- €	2.921.890,38 €	2.921.890,38 €	- €	0	100	
	Total	6.985.571,83 €	1.370,80 €	6.735.021,26 €	203,31 €	6.732.915,65 €	- €	- €	1.015,86 €	6.731.899,79 €	6.732.915,65 €	3.273,10 €	0,015	96,369	

A receita do exercício situou-se apenas em 93,8% do valor estimado no

Aprovação e modificações dos documentos previsionais

Os documentos previsionais de gestão – Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2021, bem como as alterações efetuadas ao longo do ano, espelham os objetivos a realizar na atividade municipal durante o exercício. Os documentos previsionais foram aprovados nos termos da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, sendo aprovados em reunião da Câmara Municipal de 30/11/2020 e da Assembleia Municipal 09/12/2020. Para a elaboração destes documentos teve-se em conta as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – POCAL - Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais.

Modificações Orçamentais

Embora a entrada em vigor do SNC-AP que veio alterar o sistema contabilístico das autarquias locais, o ponto 8.3.1 – Modificações do orçamento, foi um dos pontos do POCAL que não foi alterado pelo mesmo. Apesar de quando da elaboração dos documentos previsionais, ter existido rigor na sua elaboração, ao longo do ano foi necessário efetuar alguns ajustamentos/correções tanto na previsão das receitas como nas despesas a fim de corrigir algumas previsões em rubricas não previstas ou insuficientemente dotadas. Concretizou-se então no ano de 2021, em 3



alterações ao orçamento da receita (1 permutativas e 2 modificativas); 13 alterações ao orçamento da despesa (11 permutativas e 2 modificativas), 12 alterações s Grandes Opções do Plano (10 permutativas e 2 modificativas).

No incremento do orçamento através introdução do saldo de gerência de 2020 foram afetos a despesas correntes 405.402, euros, valor que passou a relevar para efeitos de avaliação do equilíbrio corrente nos termos do n.º 5 do artigo 40.º do REFALEI.

Receita corrente bruta cobrada	2 858 886 €
Saldo de Gerência afeto a Correntes	405 402 €
Despesa corrente paga	2 086 754 €
Amortização média empréstimos	13 150 €
Margem	1 164 384 €

VII.4 - DTAS

Descrição	Divida Vincend		Divida Vencid				Exceções	Pag em atraso	Total da divida por natureza		
	CP	MLP	90	90-180	180-365	365			CP	MLP	Total
Outras transferências correntes	0	0	0	2500	0	0	2500	0	2500	0	2500

O mapa do DTAS dívida a terceiros, por antiguidade de saldos apresenta apenas uma dívida de 2500 euros a uma entidade, dívida que surge excecionada, na medida em que o seu pagamento não foi efetuado por motivos imputados ao credor.

De referir que a aplicação SNC-AP / IRC não considera para este mapa o valor dos financiamentos (empréstimos) já que apenas imputa estes valores quando são emitidas as respetivas obrigações para processar as prestações. Assim, deve considerar-se, o valor de 80.369,34 euros de empréstimos cuja dívida se encontra vincenda, e da qual 14.611,70 euros se enquadra no curto prazo.

VII.5 - DPPI

Apresenta uma execução de 1.875.650 euros para uma previsão de 4.550.982 euros

VII.6 - Operações de Tesouraria

	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	8 289,21 €	4 743,18 €	- €	13 032,39 €
07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	1 122,26 €	2 522,68 €	14 272,68 €	-10 627,74 €
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	-	142,80 €	12 668,93 €	1 298,25 €
	9 268,67 €	19 934,79 €	15 570,93 €	13 632,53 €

Santa Cruz da Flores ____ de abril de 2022

